



NESTA EDIÇÃO

- PEC 555/06
- Novos servidores do BC em São Paulo
- Saiu na imprensa

PEC-555/2006

I – Sinal participa de audiência pública

Nesta quinta-feira, 5/6, o Diretor de Assuntos Externos, **Luís Carlos Paes de Castro**, em substituição ao presidente do Sinal, **Daro Piffer**, foi um dos debatedores na audiência pública promovida pela Comissão de Seguridade Social e Família na Câmara dos Deputados, para discutir a proposta que elimina a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados - PEC [555/06](#).

Para mais informações, clique [aqui](#).

[[[

II – Entidades de servidores públicos apresentam proposta intermediária ao governo

Com o objetivo de facilitar a aprovação da PEC 555/06, no Congresso Nacional, algumas entidades propuseram ao governo proposta que prevê a extinção da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas no prazo de **sete** anos. É uma alternativa intermediária entre a original (10 anos), defendida pelo relator, deputado Luiz Alberto (PT/BA), e a de cinco anos, que foi aprovada em relatório substitutivo, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP).

A proposta, que contaria com o aval do deputado Vicentinho (PT/SP), até então resistente à apresentação da PEC no Plenário da Câmara, enquanto líder do seu partido, acaba de receber um **não**, sequer sendo apreciada pelo governo. A luta pela aprovação da PEC continua!

Devemos, mais do que nunca confiar na independência dos poderes constituídos e esperar da presidência da Câmara dos Deputados, em respeito aos mais de 400 deputados federais que já apresentaram requerimento solicitando a inclusão da matéria na Ordem do Dia, que em nome do Poder Legislativo coloque a PEC 555/2006 em votação no Plenário daquela casa.

Para mais informações, clique [aqui](#).

NOVOS SERVIDORES DO BC EM SP

Sinal-SP presente à posse

No dia 3/6, o Sinal-SP, representado por Aparecido Sales, presidente regional, deu boas-vindas aos treze novos servidores (todos Analistas) que tomaram posse em São Paulo.

Colocando o sindicato à disposição deles, Sales entregou-lhes a Revista Por Sinal [nº 44](#), o boletim impresso do Boca Paulista Eletrônico [nº 3](#), de 2/6/14, que trata da redução do quadro efetivo do BC, e a ficha de filiação.

Para marcar esse importante momento, o sindicato ofereceu-lhes um *happy hour* após a cerimônia de posse, que contou com a presença de familiares e amigos, no 21º andar do prédio do BC.





Para acessar o álbum de fotos, clique [aqui](#).

SAIU NA IMPRENSA

Por uma política de Estado para o servidor

As distorções na estrutura remuneratória entre as carreiras é um dos aspectos que mais comprometem a gestão pública, diz Ziller. É preciso encontrar saída para que funcionários que exercem a mesma função tenham vencimentos iguais, defende.

Por [Henrique Ziller](#) - 4/6/14

Ao consagrar na Constituição a exigência de concurso para o ingresso nas carreiras do serviço público, reduzimos o favorecimento entre amigos e aumentamos a qualidade profissional dos servidores nos vários órgãos da Administração. No entanto, essa conquista é ameaçada pela falta de política de recursos humanos que organize a estrutura remuneratória do servidor público e balize os critérios de desempenho.

As distorções na estrutura remuneratória entre as carreiras é um dos aspectos que mais comprometem a gestão pública. Funcionários que desempenham a mesma função, ou submetidos a responsabilidades e riscos semelhantes, têm vencimentos desiguais. Diferença especialmente marcante entre os poderes, já que a máquina do Executivo, mais robusta, comporta aumentos sempre menores do que aqueles concedidos aos servidores do Legislativo e do Judiciário.

O resultado é a busca do servidor pela carreira melhor remunerada no momento, a permanente instabilidade reivindicatória e o desestímulo profissional. Sem a clareza de uma política de pessoal, cada categoria persegue de forma individualista seus ganhos, sem compromisso com a visão estratégica do conjunto. O servidor olha para o salário do colega do outro lado da Esplanada que acabou de

conquistar aumento ou benefício pessoal e passa a perseguir o mesmo direito. Naturalmente, carreiras com maior possibilidade de fazer pressão de cunho político recebem os maiores aumentos.

Alguns exemplos expõem com clareza o problema: o fiscal ou policial que atua na fronteira não pode ter a mesma remuneração do colega que despacha na área administrativa – deve receber mais. A juíza Patrícia Acioly, que enfrentava o crime organizado do Rio de Janeiro (e acabou morta por causa disso), deveria ter vantagem remuneratória sobre o analista de um tribunal superior – por mais competente que este seja. A esses dois exemplos, cada servidor público poderá acrescentar outros casos de distorção que bem conhece.

Não se trata de construir um fosso entre os níveis hierárquicos, mas de dar racionalidade à política remuneratória, com base na gestão estratégica e, acima de tudo, no espírito público que deve nortear as decisões de Estado. O interesse numa discussão sobre melhoria salarial de uma categoria não se circunscreve a ela e ao gestor imediato. Mas ao conjunto da administração pública, que precisa gerenciar os recursos dentro de limites muito bem estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Uma solução racionalizadora é a criação de tabela única para todas as carreiras, referenciadas umas às outras, tendo como maior padrão de vencimentos os chefes dos poderes. Os reajustes seriam concedidos anualmente, com base em dados concretos da evolução do Produto Nacional e do orçamento público.

Essa proposta permite aos órgãos de planejamento trabalhar com regras definidas relativamente a uma das rubricas mais relevantes dos orçamentos públicos: a de pessoal. Além disso, tem a virtude de acabar com as constantes mobilizações de servidores em torno de seus planos de carreira, e os custos associados a esses embates com o poder executivo. Deixa claro, também, para o aspirante aos cargos públicos, o que pode esperar de cada carreira.

A grande dificuldade de implementação desse modelo é a negociação política para a composição inicial da tabela, que vai gerar evidentes atritos entre os representantes dos interesses mais diversos. Será a hora, no entanto, de a Nação se debruçar sobre uma questão de importância fundamental: quanto deve ganhar um professor?

Obviamente, não é só essa pergunta que será feita, pois todas as demais carreiras terão que ser avaliadas a partir de parâmetros que serão objeto de consenso nesse processo. Vale destacar, no entanto, a carreira de docência, em função do déficit histórico de investimento que temos na Educação e a falta de valorização deste profissional.

A segunda questão de grande importância diz respeito à definição de critérios de desempenho que afetam os vencimentos dos servidores. Vale lembrar o exemplo dos advogados públicos que conseguiram recentemente aprovar na Câmara dos Deputados o direito à sucumbência (honorários pagos pela parte vencida ao advogado da parte vencedora) nas causas em que defendem o governo.

Esse tipo de remuneração representa compensação financeira pelo sucesso no desempenho da função. Traz consigo, no entanto, a possibilidade de impacto imediato em outras categorias como fiscais da Receita, que no passado já tiveram participação nas multas que aplicavam, e agora se mobilizam para ressuscitar o benefício. Essa natureza de remuneração é um bom critério de avaliação de desempenho?

A questão da mensuração do desempenho é complexa, e padece da dificuldade inicial da definição a respeito do resultado esperado das atividades dos servidores públicos. Tal mensuração no setor privado é bastante óbvia, e de uma maneira ou outra vai incidir sobre a lucratividade da organização. Quais serão os parâmetros a serem observados para se medir o desempenho do servidor público? Essas questões se somam às anteriores, já apresentadas, e reforçam a ideia de que se trata de uma tarefa difícil de ser enfrentada.

E não só isso: o teto constitucional já foi alcançado por vários extratos da hierarquia dos servidores públicos, a ponto de o presidente da República no Brasil ganhar o mesmo que muitos analistas que o assessoram. A variedade de interesses e o poder político das categorias fará com que as barreiras para se alcançar a solução duradoura dos problemas pareçam intransponíveis.

Deixar tudo como está, no entanto, se tornará impraticável em pouco tempo, em função das pressões constantes feitas pelos diversos sindicatos na defesa de seus interesses corporativos e, por outro lado, em função da pressão da sociedade contra os custos elevados da máquina pública agravados pelas constantes interrupções de serviços essenciais.

É urgente encontrar a saída para uma questão de tanta relevância.

Fonte: [Congresso em Foco](#)

- Siga no [Twitter](#) as últimas notícias do SINAL-SP -

SINAL - Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central
Av. Paulista, 1754 - 14º andar - cjs. 141/144
São Paulo SP - CEP 01310-920 / tel (11) 3159-0252
sinalsp@sinal.org.br / link para SINAL-SP: clique [AQUI](#)